



Memória e ação com o CachoeiraDoc: um festival de cinema com e como política pública

Amaranta Cesar¹

Leonardo Costa²

¹ Professora associada da Universidade Federal da Bahia. Entre 2009 e 2021 foi professora de Cinema e Audiovisual da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Possui graduação em Comunicação com Habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal da Bahia (1998), mestrado em Comunicação e Culturas Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (2002), doutorado em Cinema e Audiovisual pela Universidade de Paris III - Sorbonne-Nouvelle (2008) e Pós-doutorado na New York University (Capes / 2013-2014) e na Universidade Federal de Pernambuco (2018-2019). Foi curadora e organizadora da Mostra 50 Anos de Cinema da África Francófona (Ano da França no Brasil, 2009). Idealizou e coordenou (2010-2021) o Cachoeiradoc - Festival de Documentários de Cachoeira (BA). Coordenou o Grupo de Estudos e Práticas em Documentário (2010-2021). Integrou a equipe de curadoria do Festival de Cinema Brasileiro de Brasília (2013, 2017, 2018). Tem participado de inúmeros festivais como júri, palestrante, conferencista.

Email: amaranta.cesar@gmail.com

² Diretor da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (quadriênio 2021-2025). Professor Associado II da Facom (UFBA). Participante do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT/UFBA), da Rede de Pesquisadores de Políticas Culturais (REDEPCULT), do Observatório da Economia Criativa (OBEC-BA) e da Cátedra UNESCO de Políticas Culturais e Gestão. Editor-chefe do periódico Políticas Culturais em Revista. Já foi vice-diretor da Facom (2017-2021), coordenou o Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT/UFBA), no período de 2017 a 2018, e o Colegiado da Graduação (Facom/UFBA), no período de 2013 a 2015. Visiting Scholar (CNPq) na University of Miami (2016-2017). Doutor em Cultura e Desenvolvimento pelo Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (UFBA), com período sanduíche na Université Paris III (Sorbonne Nouvelle). Mestre em Cibercultura pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA). Graduado em Comunicação com habilitação em Produção em Comunicação e Cultura (UFBA). Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Organização da Cultura e Cibercultura.

Email: leo.fcosta@gmail.com



Resumo

Através de uma perspectiva descritiva e analítica endógena, o presente artigo oferece uma reflexão sobre o CachoeiraDoc - Festival de Documentários de Cachoeira, evento criado em 2010 pelo Grupo de Estudos e Práticas em Documentário (Gepdoc) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), em parceria com a Ritos Produções, produtora cultural baiana, na cidade histórica do interior da Bahia. Pioneiro no gênero no Nordeste do Brasil, o CachoeiraDoc se relaciona, desde sua origem, com políticas públicas em educação e cultura, que foram fundamentais para descentralização dos investimentos estatais nesses setores e, conseqüentemente, para a recente dinamização dos pressupostos epistemológicos que têm organizado esses campos de produção de saber. A partir de uma abordagem socioantropológica do cinema, nossa intenção é relatar a experiência do festival, a partir da materialidade política que o tornou possível, enfatizando as relações estabelecidas com instrumentos públicos de fomento e financiamento. Nos empenhamos, ainda, em esboçar um quadro conceitual através do qual seja possível pensar os festivais de cinema *como* política pública, a fim de oferecer, assim, uma contribuição para o novo campo de estudos de festivais no Brasil.

Palavras-chave: Festival de cinema; Política pública; Documentário; Cachoeira.

Abstract

Through an endogenous descriptive and analytical perspective, this article offers a reflection on CachoeiraDoc - Cachoeira Documentary Festival, an event created in 2010 by the Group of Studies and Practices in Documentary (Gepdoc) of the Federal University of Recôncavo da Bahia (UFRB), in partnership with Ritos Produções, a cultural production company from Bahia, in the historic city of the Bahia countryside. A pioneer of its kind in the Northeast of Brazil, CachoeiraDoc has been related, since its inception, with public policies in education and culture, which were fundamental for the decentralization of state investments in these sectors and, consequently, for the recent dynamization of the epistemological assumptions that have organized these fields of knowledge production. Based on a socio-anthropological approach to cinema, our intention is to report the experience of the festival, based on the political materiality that made it possible, emphasizing the relationships established with public instruments of development and financing. We also strive to outline a conceptual framework through which it is possible to think of film festivals as public policy in order to offer a contribution to the new field of festival studies in Brazil.

Keywords: Film festival; Public policy; Documentary; Cachoeira.



Introdução

É possível pensar um festival de cinema a partir das suas relações políticas? Nesse artigo tentaremos elucidar as relações com as políticas públicas, tanto em cultura quanto em educação, que tornaram possível a existência do CachoeiraDoc – Festival de Documentários de Cachoeira, enfatizando os instrumentos governamentais que forjaram a sua materialidade. A partir dessa contextualização, tentaremos explorar conceitualmente a ideia de festival *como* política pública, abordando-o enquanto estratégia contra-hegemônica de difusão, agente de formação e catalisador de articulações políticas no campo cinematográfico. Através da consideração das forças políticas e formativas que configuram um festival de cinema mediador de relações não-comerciais, pretendemos contribuir para uma abordagem do cinema brasileiro contemporâneo para além dos estudos de filmes e autores. Apostamos no entendimento expandido e transdisciplinar dos festivais de cinema, como tem defendido a pesquisadora Marijke de Valck, para quem festivais “são lugares e ocasiões onde emergem os padrões discursivos que nos ensinam sobre cultura fílmica, estética, política, ativismo, cosmopolitismo e seus contramovimentos”³ (DE VALCK, 2016: 9, *tradução nossa*).

Por sua dimensão fundamentalmente acontecimental, os festivais podem ensejar abordagens metodológicas que consideram o cinema, para além de suas obras, como um “fato social total”, para usarmos o conceito clássico das ciências sociais. E, ao constituírem-se como objeto de pesquisa, permitem uma revisão do lugar historicamente desprivilegiado dos estudos dos contextos no campo do cinema – muito mais afeito aos estudos dos textos, quer dizer, dos filmes. Recentemente, a *Aniki - Revista Portuguesa em Imagem e Movimento* dedicou um dossiê temático justamente aos festivais e seus contextos socioculturais, que enfatiza o crescimento dos estudos de festivais (*festival studies*) e defende a importância das pesquisas sobre a influência das relações sociais que atravessam os festivais no tocante às “culturas cinematográficas que estes geram, modelam ou questionam” (LEÃO; VALLEJO, 2021: 81). Identificando que “o cânone cinematográfico do cinema mundial foi moldado pela seleção e reconhecimento de determinados filmes e cineastas em festivais de grande repercussão internacional” (LEÃO; VALLEJO, 2021: 84), as organizadoras do dossiê sustentam ainda a necessidade de se investigar a influência dos festivais na modelação de certas culturas cinematográficas, a partir da oferta de “histórias geolocalizadas”. Acrescentaríamos que, em suas heterogeneidades, essas narrativas geopoliticamente situadas nos permitem

³ No original: “are the sites and occasions where discursive patterns emerge that teach us about film culture, aesthetics, politics, activism, cosmopolitanism, and its counter-movements”.



ainda compreender a diversidade das culturas cinematográficas que surgem para além das fronteiras canônicas dos cinemas nacionais e mundial. E é nesse sentido que o relato que apresentamos aqui pode interessar.

Pioneiro no gênero documental no Nordeste do Brasil, o CachoeiraDoc surgiu em 2010 como um projeto de extensão vinculado ao Bacharelado em Cinema e Audiovisual da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Em pouco tempo, passou a integrar o calendário de eventos cinematográficos do país como uma referência nacional de festival dedicado ao cinema documentário. Ao longo de dez anos e nove edições, recebeu 3.459 inscrições de filmes para a seleção e exibiu 397 filmes nacionais e internacionais em suas mostras, reunindo na cidade de Cachoeira uma diversidade de agentes – realizadores, pesquisadores, críticos, estudantes, professores – em atividade no Brasil.

Se o CachoeiraDoc é o primeiro festival dedicado ao documentário do Estado da Bahia, é com a Jornada de Cinema da Bahia que guarda uma relação de aproximação, ou mesmo de filiação, no seu Estado natal. Como aponta Izabel Melo, o CachoeiraDoc tem muito em comum com a Jornada, o mais longo festival baiano, que teve sua primeira edição em 1972 e a última em 2012. Ao destacar as características partilhadas pelos dois festivais que apontam para uma continuidade no campo, tão afetado pelas descontinuidades, Melo cita a relação com universidades e o caráter formativo que forjam a identidade dos dois festivais. Segundo ela,

[a] Jornada e o CachoeiraDoc são exemplos de festivais que se propuseram a desviar a rota do circuito de exibição e debate sobre cinema no Brasil, explicitando e questionando, cada um à sua maneira, o entrave histórico do cinema brasileiro no que diz respeito à descentralização da produção, não só no sentido dos filmes, mas também do pensamento, escrita e reflexão. Em períodos diferentes, mobilizaram estratégias semelhantes para a realização desse intento: a partir de um suporte inicial construído com as universidades – a UFBA, no caso da Jornada, e a UFRB, no caso do CachoeiraDoc –, os seus organizadores estruturaram uma rede de articulação e solidariedade, mesclando apoios e presenças institucionais do Estado (seja o governo federal, estadual ou municipal), movimentos sociais, associações de classe, participação estudantil, outros festivais, consulados, associações culturais e relações pessoais para que as atividades ocorressem (MELO, 2020: 91).



No cenário nacional, por sua vez, o CachoeiraDoc encontra no Forumdoc.bh - Festival do Filme Etnográfico e Documentário de Belo Horizonte uma inspiração, e com o festival mineiro partilha a compreensão expandida do cinema documental e o investimento na expansão e questionamento do cânone do documentário brasileiro que um festival pioneiro e de grande porte como o É tudo verdade tem trabalhado para construir, como analisa Juliana Muylaert (2021). Efetivamente, reunir esforços para construir um espaço de cinema para exibição e recepção crítica de filmes na cidade histórica de Cachoeira e no interior da Bahia significou não apenas acompanhar de perto os filmes e realizadores que vão sendo inscritos na história contemporânea do cinema, mas também *intervir* nessa história, no momento mesmo de sua emergência (CESAR, 2020). Assim, o CachoeiraDoc foi assumindo-se como espaço para o questionamento de juízos estéticos e parâmetros de curadoria e programação⁴ que permitiram, ainda, o reconhecimento da produção de cinema e audiovisual do Bacharelado da UFRB em espaços diversos. Finalmente, podemos dizer que o festival é resultado de uma alquimia entre as formas inventivas e políticas do cinema que sempre buscou projetar com o território onde está fincado e ainda a universidade que o abriga.

Comemorar, celebrar, festejar: são palavras sempre presentes nos textos do CachoeiraDoc, verbos convocados insistentemente no catálogo das nove edições do festival de documentários de Cachoeira, como nota Fábio Rodrigues Filho (2020) no prefácio do livro *Desaguar em cinema: documentário, memória e ação com o CachoeiraDoc*. Escrito “pela lente do amor”, como assim o assume, o texto de Rodrigues Filho ativa energias fundadoras e desvenda nuances que modulam este evento de cinema do interior da Bahia de um jeito singular, só possível a quem observa e analisa da distância de um abraço – o autor, além de realizador, crítico, curador e pesquisador em cinema, integrou o CachoeiraDoc em diversas funções. Seu prefácio parece, assim, confirmar a nossa crença de que é possível olhar com justeza quando se está implicado; que é possível investigar e, a um só tempo, participar; que é possível, ainda – e indo mais além –, comemorar, celebrar, festejar aquilo que constitui objeto de sua mirada analítica. E é essa a aposta deste texto. Estando fundamentalmente implicados na criação e construção do CachoeiraDoc, propomos aqui, a partir de uma perspectiva

⁴ Em texto dedicado à reflexão sobre os princípios curatoriais elaborados pela trajetória do CachoeiraDoc, aborda-se a participação ativa e estratégica do festival no contexto em que o cinema brasileiro se apresenta em disputa: “nos pareceu importante perguntar: quais filmes, que tipos de filmes são apagados da história do cinema? Quantos filmes são apagados da história porque o cinema, enquanto instituição que inclui e depende de circuitos de exibição e legitimação, nem sempre pode ou sabe responder às interpelações dos diversos sujeitos históricos e políticos que estão a filmar? Quantos filmes não têm sequer a sua existência reconhecida porque as instâncias de poder crítico no cinema nem sempre sabem decifrar nas imagens sinais de novas sensibilidades, apegadas que são a modos de produção que reproduzem sempre os mesmos modos de produção, colonizadas que são pela defesa de princípios universalizantes do juízo estético?” (CESAR, 2020).



endógena e interessada, uma reflexão a respeito do festival de documentários de Cachoeira em sua dupla articulação: por um lado, o abordamos enquanto evento que resulta de uma conjuntura sociopolítica e cultural específica, e, por outro, o consideramos como agente ativo no engendramento de um novo contexto de cultura cinematográfica surgido no Brasil, a partir dos anos 2010.

Sendo o imbricamento entre festival e universidade constituinte não apenas deste relato, mas também de seu objeto, a abordagem (auto) reflexiva proposta articula, ainda, os campos de pesquisas aos quais nos dedicamos enquanto pesquisadores universitários ao terreno prático de experiências fundado pelo CachoeiraDoc, projeto de extensão que coordenamos desde sua origem.

Dito isso, para finalizar esta introdução, nos parece produtivo voltar à ideia de festa. “Festa” é uma das noções basilares que atravessam o festival de documentários de Cachoeira, conforme sensivelmente observa Fábio Rodrigues Filho:

O grito ‘vamos festejar’ encerra o texto de apresentação no catálogo de 2010 (CESAR, 2010, p. 5). Nos anos seguintes, a mensagem continua: “[...] temos alguns motivos para celebrar, e um dos mais importantes deles é o conjunto de filmes que recebemos de realizadores do Brasil inteiro”. (RODRIGUES FILHO, 2020: 9)

Efetivamente, retrazar a trajetória do CachoeiraDoc, a partir das políticas públicas que o forjaram, implica no reconhecimento de que, sim, no momento de sua fundação, em 2010, pairava em Cachoeira, na Bahia, no Brasil, a vibração comemorativa de um horizonte de transformação em desenho. Mas, se testemunhamos o surgimento promissor de instrumentos governamentais de democratização da educação e da cultura, fomos também afetados pela maquinaria de desmonte que entrou em operação desde meados da década passada. No catálogo da edição de 2016, ano do golpe parlamentar contra a presidenta Dilma Rousseff, perguntávamos, diante dos retrocessos em gestão: “o que pode o cinema?”. E foi na paisagem histórica de Cachoeira, nas lições contracoloniais de sua “pedagogia das ruínas”, que encontramos pistas para enfrentar tal interrogação: “não há bem que sempre dure, não há mal que não se acabe”. Nesta cidade, em seu território ancestral, encontram-se, pois, os “sentidos possíveis para a ideia de festa” e aquilo que pode ser o fundamento deste festival, como sustenta tão precisamente Fábio Rodrigues Filho:

A festa, ali [em Cachoeira], sempre foi arma de luta (como no caso da festa d’Ajuda), produção de vida, preservação de legados, encontro entre diferenças, promessas de futuro,



reescrita do passado e produção de dignidade no presente. Foi pela festa, enfim, que por vezes se deram os levantes e resistências. A festa aparece também como um possível aprendizado com a cidade e, ao seu modo, um esboço de inserção na dinâmica do lugar (RODRIGUES FILHO, 2020: 10).

Trata-se, enfim, de reconhecer a força do território histórico-identitário onde está fincado o festival e disso decorre ressaltar, de saída, que todas as políticas públicas através das quais se garantiu a materialidade do evento, tanto na esfera estadual quanto na federal, foram desenvolvidas por um projeto político amplo de interiorização e descentralização dos investimentos em educação e cultura no Brasil. Do mesmo modo, não parece muito arriscado supor que nessa localização periférica, por assim dizer, reside também a explicação para o modo vanguardista, em relação a outros eventos situados nas capitais do país, com que fomos afetados pela escassez e corte de recursos, o que nos obrigou a uma pausa forçada nos anos de 2018 e 2019, assunto que trataremos mais adiante. Agora, parece importante remontar à gênese do festival, que está atrelada à criação da UFRB, uma das 18 universidades federais criadas pelos mandatos presidenciais do Partido dos Trabalhadores no Brasil.

O CachoeiraDoc em sua gênese: a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e o projeto de educação superior no interior da Bahia

Fundada em 2006, pelo então ministro da educação Fernando Haddad, a UFRB é uma universidade pública, gratuita e multicampi, e, junto com a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), tem formado as primeiras gerações de universitários do Recôncavo da Bahia, região pobre, rural, ainda fortemente afetada pelas sequelas da escravidão e pelo racismo estrutural, e, no entanto, de reconhecida riqueza cultural e histórica, âmago da cultura afro-baiana e foco da resistência anticolonial e abolicionista no Estado. Na cidade de Cachoeira, lugar onde o legado rebelde e a riqueza cultural afro-diaspórica é pulsante, está localizado o Centro de Artes, Humanidades e Letras, campus que, desde 2008, sedia o Bacharelado em Cinema e Audiovisual ao qual está vinculado o Grupo de Estudos e Práticas em Documentário (Gepdoc)⁵, que abriga institucionalmente o CachoeiraDoc.

⁵ “O Grupo de Estudos e Práticas em Documentário é um espaço de investigação teórico-prática que tem como objeto o gênero documental, em suas expressões contemporâneas. Através de suas duas linhas de pesquisa ‘Documentário e Cultura’ e ‘Prática e estéticas do documentário contemporâneo’, o grupo se dedica, desde 2010, a desenvolver metodologias de análise de obras documentais, produzir análises fílmicas, investigar práticas em documentário e as relações culturais que atravessam o domínio”. Disponível em: <https://www2.ufrb.edu.br/cinema/pesquisa>. Acesso em: 21 de junho de 2021.



Com a iniciativa de criar um curso de Cinema e Audiovisual com ênfase em Documentário, a UFRB sintoniza-se com os atuais propósitos do Governo Federal de promover a interiorização das Universidades Públicas e, conseqüentemente, a descentralização da produção e do saber especializados que, no Brasil, tem se restringido, em geral e tradicionalmente, às áreas metropolitanas (UFRB, [200-]: 8).

Com 12.500 estudantes espalhados por seis campi, sete centros de ensino, 64 cursos de graduação, 29 de pós-graduação e 904 professores, 93,2% dos estudantes da UFRB são da região Nordeste, 92% da Bahia, dos quais 79,6% do interior do estado. Tendo implantado integralmente o sistema de reserva de 50% das vagas da instituição para estudantes egressos de escolas públicas, considerando fatores de renda e cor (conforme determinações da Lei nº 12.711/2012), a UFRB possui 83,4% de estudantes afrodescendentes autodeclarados (contra 47,57% da média nacional), a renda média familiar per capita de seus estudantes é de R\$ 486,38 (contra R\$ 916,80 da média nacional)⁶. Esses dados de 2017 tornam a UFRB uma das universidades mais negras e populares do Brasil, “se não a mais negra e popular”, como destaca Osmundo Pinho (2019: 126). É de Pinho, professor e pesquisador de Ciências Sociais da UFRB, um diagnóstico preciso:

A presença negra na cidade e na universidade fazem assim da UFRB em Cachoeira um ponto de conexão crítico, nevrálgico e nervoso para a reflexão das relações entre integração e subversão social. O que se traduz em tensões e desafios. Notadamente no que se refere a políticas de permanência, mas também, o que é bastante relevante para nossa discussão, em postura crítica diante dos currículos eurocêntricos e de práticas pedagógicas e científicas tradicionais (2019: 128).

Nesse contexto precisamente descrito por Osmundo Pinho, a docência em cinema, em suas ações de ensino, pesquisa e extensão, é atravessada pelo imperativo da descolonização tanto das práticas pedagógicas quanto das perspectivas histórico-críticas sobre o cinema mundial e brasileiro. Já é amplamente reconhecido, hoje, o impacto positivo no campo do cinema causado pelo surgimento de novos cursos de cinema e audiovisual nas novas universidades públicas brasileiras, bem como pela transformação do perfil socioeconômico do corpo discente das universidades através da

⁶ Dados extraídos do *Portfólio UFRB, Perfil dos Estudantes - Julho de 2017*. Disponível em: <https://issuu.com/ufrb/docs/issuu>. Acesso em: 21 de junho de 2021.



implantação da política de cotas. Essa conjuntura, que se desenha desde o primeiro mandato presidencial do Partido dos Trabalhadores, tem provocado tanto novas possibilidades de práticas e experiências de cinema (com fundamental aporte dos sistemas de financiamento público para produção e difusão), quanto novas posturas críticas em relação a suas tradições hegemônicas/canônicas. Diversos segmentos do campo cinematográfico – realização, produção, crítica, curadoria, programação – têm sido afetados pela presença de uma geração formada nesses espaços educacionais novos ou renovados, e pelo imperativo do deslocamento epistemológico que ela reivindica. Ao longo da última década, testemunhamos de modo participante a construção de uma comunidade de cinema na UFRB em Cachoeira, atravessada por estas inflexões sociopolíticas, para a qual esta cidade e o território do Recôncavo não são meramente uma paisagem ou um repositório de personagens e narrativas, mas uma ancoragem histórica⁷.

Neste contexto, a prática extensionista, que forma o tripé da formação universitária junto com ensino e pesquisa, tem se revelado como aspecto favorecido da formação universitária, em virtude de sua potência integrativa com a sociedade, enquanto agente catalisador de dinâmicas dialógicas entre saberes populares, historicamente situados, e pressupostos acadêmicos. “[P]ropostas e produtos da extensão mantêm e se produzem em uma dinâmica de aprendizagem reflexiva, mútua e autônoma, em um vínculo entre sociedade e universidade” (COSTA et al., 2009: 352). Vale notar que, para uma universidade pública que investe na inserção da comunidade local como um fator definidor de sua identidade e missão institucional, a extensão assume papel fundamental, ainda que não esteja livre de tensões e negociações constantes, uma vez que engendra imbricamentos entre teoria e prática e permite a promoção de relações de fertilização mútua entre o campo profissional de cinema e uma comunidade de recepção em formação e ativação. “O CachoeiraDoc é um dos mais duradouros projetos de extensão do CAHL e foi concebido para atrair tanto a comunidade local, quanto a nacional, articulando-as” (MARQUES, 2020: 33). A cultura, desse modo, pode ser entendida como um possível vínculo entre as instituições de ensino superior e a sociedade. Cultura não apenas como um setor que promove eventos

⁷ Uma vez que é realizado por uma equipe de professores e estudantes desta que pode ser considerada como a mais negra e popular universidade brasileira, o CachoeiraDoc é pioneiro no debate das questões de raça e gênero nos espaços de cinema, como aponta o boletim “Raça e Gênero na Curadoria e no Júri de Cinema”, lançado pelo GEMAA (Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa), que o destaca como festival responsável pela diversidade na representatividade em postos “de poder” em festivais brasileiros, através da participação de mulheres, de pretos e pardos, tanto na curadoria geral quanto no corpo de jurados oficial (MARTINS, 2018).



e atividades internas numa instituição, mas como um vetor estratégico para a intervenção no espaço para outros públicos⁸.

Assim, o CachoeiraDoc tem em sua gênese o espírito extensionista, que guiou a vontade de articular formação universitária com ação política e intervenção social, bem como o desejo de colaborar materialmente para a construção da UFRB em Cachoeira, captando recursos externos à universidade para consolidá-la como um lugar de produção de pensamento crítico, ponto de encontro para as artes, as humanidades e o cinema. “Mais do que proporcionar uma interação social, a extensão universitária vai se complexificando com as potencialidades desses encontros. Comunidade acadêmica e comunidade local convivem e trocam experiências e conhecimento” (MARQUES, 2020: 39).

Um festival com políticas públicas

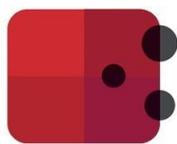
Considerado como um “campo emergente”, os estudos sobre os festivais de cinema podem contribuir para a historicização do cinema, em pesquisas que abarcam diferentes noções e relações disciplinares, conforme aponta Dina Iordanova:

O estudo dos festivais de cinema está intimamente relacionado com ramos da sociologia cultural que lidam com redes vivas (Latour), fluxos (Castells), produção de gosto (Bourdieu), espaços de convivência (Oldenburg) ou economias de prestígio (...). E abrange não apenas o estudo dos filmes exibidos, mas também uma série de outras abordagens disciplinares que mantêm a esfera pública em foco: *política cultural*, diplomacia cultural, tradução⁹ (2016: xiii) [*grifo e tradução nossos*].

Assim como para os estudos dos festivais, uma das interfaces analíticas para o estudo da cultura é sua relação direta com a política. Segundo o antropólogo Néstor García Canclini, as políticas culturais podem ser definidas como: “(...) o conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, as instituições civis e os grupos comunitários organizados, a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social” (2019: 56). Ou seja, trata-se de um modo de intervenção, através de formulações

⁸ Nessa direção, temos algumas instituições de ensino superior que na sua estrutura possuem uma Pró-Reitoria dedicada ou compartilhada sobre Cultura.

⁹ No original: “The study of film festivals is closely related to branches of cultural sociology that deal with lively networks (Latour), flow (Castells), production of taste (Bourdieu), places of conviviality (Oldenburg), or the economies of prestige (...). And it encompasses not only the study of the films screened, but also a host of other disciplinary approaches that keep the public sphere in focus: cultural policy, cultural diplomacy, translation”.



ou propostas, que deve reunir diversos atores com o objetivo de promover mudanças na sociedade através da cultura. A complexidade dessa definição depende ainda da relação das noções pretendidas de política e de cultura.

O pesquisador Albino Rubim elenca, para fins comparativos, uma série de dimensões analíticas relacionadas à abrangência das políticas culturais, e de que forma nela estão relacionadas: uma noção de política; uma noção de cultura; suas formulações e ações (através de planos, programas e projetos); seus objetivos e metas; a delimitação e caracterização dos atores (e a possibilidade de realização de debates e crivos públicos das políticas); os públicos pretendidos; os instrumentos, meios e recursos acionados (materiais, humanos, financeiros e legais); as suas interfaces (transversalidade); a sistematicidade e momentos do sistema cultural; e as interfaces pretendidas e acionadas pelo seu caráter transversal (2007a). Diferentes definições e noções de cultura e política, por exemplo, já dão um primeiro tom de possíveis variações de enfoque na construção de uma política cultural.

Desde a década de 1980, com a criação das leis de incentivo à cultura no Brasil, houve um aumento na oferta de espetáculos culturais, festivais de música, produção cinematográfica, entre outras produções artístico-culturais, com financiamento público e privado. As leis de incentivo à cultura representaram uma crescente injeção de recursos (SALGADO et al., 2010) – ainda que majoritariamente públicos – no mercado cultural, dando dinâmica ao setor, com o aumento do número de projetos, empresas e infraestrutura.

A realização de um projeto como o CachoeiraDoc nasce, de certo modo, no imbricamento das políticas da área da educação e das políticas culturais. A realização da primeira edição do CachoeiraDoc¹⁰ revela-se como uma ação que se ancora na política federal de interiorização e ampliação das instituições de ensino superior, e, ao mesmo tempo, se relaciona com as políticas culturais para o campo desenvolvidas em esfera estadual com vistas também à descentralização do investimento em cultura. As políticas culturais de territorialização criadas a partir de 2007, com o governo Jaques Wagner (PT) na Bahia, buscaram descentralizar e democratizar a formulação, o planejamento e a execução de programas e ações culturais, levando-os para o interior do estado. Trata-se de um esforço de construção de política pública que visa enfrentar a conjuntura longamente sedimentada na qual as mostras e os festivais de cinema estão concentrados na capital. Em 2019, segundo o relatório *Os festivais audiovisuais*

¹⁰ Um festival que se inicia numa cidade sem um equipamento cultural específico para a exibição de filmes – o cinema mais próximo nesse momento estava a 116 quilômetros de distância. Dados de 2018 mostram que essa realidade persiste na maioria das cidades do Brasil, com apenas 10% dos municípios que possuem uma sala de cinema#.



brasileiros em 2019: geografia e virtualização, de Paulo Vitor Luz Corrêa, a Bahia teve 15 mostras e festivais. Destes, sete aconteceram em Salvador e Região Metropolitana¹¹.

Em 2009, o CachoeiraDoc concorreu pela primeira vez em um edital público para o seu financiamento. O festival foi contemplado no Edital de Apoio à Realização de Mostras e Festivais Audiovisuais (nº 21/2009), gerenciado pelo Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (Irdeb), na época ligado à Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (PIMENTA e COSTA, 2020: 67). Essa inscrição foi feita em nome de uma das coordenadoras do festival, como pessoa física, mas desde a gestação do projeto compreendemos a necessidade de uma parceria com uma produtora cultural¹² para administrar e organizar o festival.

Nos anos seguintes, o CachoeiraDoc foi contemplado pelo Governo do Estado da Bahia em diferentes editais nas áreas de apoio às linguagens artísticas: Apoio à Realização de Mostras e Festivais Audiovisuais, gerido pela Diretoria de Artes Visuais e Multimeios (Dimas) – edital de nº 8/2010; Edital Setorial do Audiovisual, gerido pela Funceb – a partir de 2012; e o Edital de Eventos Calendarizados, instrumento de política pública que trouxe uma importante novidade para os projetos que buscam longevidade no cenário cultural, e que contemplou o CachoeiraDoc entre 2013 e 2016. Cabe ressaltar a inovação trazida neste último modelo de fomento, que buscava conferir estabilidade à realização de eventos consolidados, com vistas à formação de calendário cultural que contemplasse diversos segmentos da cultura e diferentes regiões do estado.

Esse edital teve impacto significativo para a realização e a consolidação de importantes festivais e mostras de audiovisual que hoje compõem o calendário cultural da Bahia. [...] cinco importantes eventos obtiveram o apoio do referido edital, condição que possibilitou a realização de edições regulares: Panorama Internacional Coisa de Cinema, CachoeiraDoc, Mostra Cinema Conquista, Seminário Internacional de Cinema – Cine Futuro e Vale Curtas, totalizando um investimento de cerca R\$ 2.940.000,00, contribuindo, assim, para a garantia de três edições (2013, 2014, 2015) desses importantes festivais (VIEIRA; GUSMÃO, 2017: 42).

Ao mesmo tempo que o Edital de Eventos Calendarizados buscava inovar ao estabelecer um apoio financeiro de médio prazo aos projetos culturais, a transição

¹¹ Disponível em: https://issuu.com/pauloluzcorrea/docs/v0_-_os_festivais-mostras_audiovisuais_em_2019_-. Acesso em: 07 de junho de 2021.

¹² A Ritos Produções, que atua, desde 2007, na gestão e produção de eventos da área cultural, artística e acadêmica. Disponível em: <http://ritos.com.br/>. Acesso em: 21 de junho de 2021.



política do Governo do Estado da Bahia, ainda que para um mesmo partido político, trouxe um vazio inicial de proposições. Ao invés de numa possível e desejável continuidade de políticas, tendo em vista a manutenção do grupo político no poder, o que vimos foi uma descontinuidade de ações e a alteração do escopo do financiamento público na área cultural.

Em 2015, último ano previsto para o primeiro Edital de Eventos Calendarizados, a falta de uma posição dos então gestores da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia fez com que o grupo de projetos aprovados na primeira edição do edital se reunisse para pleitear o lançamento de um novo edital para apoio de médio prazo e /ou a prorrogação, por mais um ano, do financiamento. Na ausência do edital em 2015, a Secretaria optou pela prorrogação por mais um ano das propostas, lançando um novo Edital de Eventos Calendarizados em 2016, a última edição desse edital até o momento.

Além das políticas de financiamento à cultura, essenciais como base de sustentação da proposta, não podemos deixar de indicar a importância da atuação política do festival em outras frentes. Entre os anos de 2010 e 2013, a programação principal do CachoeiraDoc foi realizada no auditório do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) da UFRB. Em 2014, vários esforços foram empreendidos para que o evento pudesse ser realizado no Cine-Theatro Cachoeirano, espaço tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e que teve investimento em torno de R\$ 6 milhões para ser reativado¹³, parte desse orçamento oriundo do Programa Monumenta¹⁴. As primeiras notícias sobre a reforma do espaço indicavam que em 2011¹⁵ ele seria entregue, mas no começo de 2014 o espaço, com sua obra finalizada, permanecia fechado. Foi necessária uma articulação com as lideranças políticas do município, da esfera estadual, com parlamentares federais e com os dirigentes da Universidade para que, finalmente, fosse possível inaugurar o Cine-Theatro Cachoeirano. Foi com a exibição da cópia restaurada de *Cabra Marcado para Morrer* (de Eduardo Coutinho, 1984), no ano do quinquagésimo aniversário da primeira e interrompida versão do filme, que o histórico cinema de Cachoeira foi reinaugurado, na noite de abertura do V CachoeiraDoc.

¹³ Disponível em: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2014/06/cine-theatro-cachoeirano-na-ba-e-reinaugurado-apos-20-anos-fechado.html>. Acesso em: 08 de junho de 2021.

¹⁴ “O Monumenta é um programa estratégico do Ministério da Cultura. Seu conceito é inovador e procura conjugar recuperação e preservação do patrimônio histórico com desenvolvimento econômico e social. Ele atua em cidades históricas protegidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).” Disponível em: <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbetes=1457>. Acesso em: 08 de junho de 2021.

¹⁵ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/ba/noticias/detalhes/3025/iphan-da-inicio-a-restauracao-do-cine-teatro-de-cachoeira-na-bahia>. Acesso em: 08 de junho de 2021.



Infelizmente, ao contrário do que observamos na atuação do festival como agente político para a inauguração do Cine-Theatro Cachoeirano, não obtivemos êxito no esforço de institucionalização de políticas culturais na instituição de ensino superior que nos abriga. O passo mais promissor foi dado em 2014, quando o Ministério da Educação, em parceria com o extinto Ministério da Cultura, lançou o Programa Mais Cultura nas Universidades. Com um valor inicial de R\$ 20 milhões, as instituições que concorreram ao financiamento do programa precisavam inscrever um plano de cultura, documento basilar para o planejamento de uma política cultural.

“O projeto das universidades perpassa a construção de um projeto cultural que leva em conta a extensão na área da cultura, pesquisa e o fortalecimento dos cursos de arte das instituições, para pensá-las, inclusive, como espaços culturais abertos a toda comunidade”¹⁶.

A UFRB foi uma das 18 instituições inicialmente selecionadas do programa para receber o valor de R\$ 1.117.450,80 em duas parcelas, uma em 2015 e outra no ano de 2016¹⁷. A dissertação *Análise do Programa Mais Cultura nas Universidades: política e gestão cultural em instituições de ensino superior da Bahia*, de autoria de Tainana Andrade Marques, buscou narrar o processo de construção de duas propostas, a da UFBA e a da UFRB. “O grande desafio dos professores da UFRB na condução do processo de elaboração foi o de reunir todos os sete centros de ensino, os interesses de cada unidade” (MARQUES, 2018: 87). O processo de elaboração na UFRB contou com um grupo de professores responsáveis por reunir as informações e articular os 38 projetos interessados da universidade em fazer parte do plano. O CachoeiraDoc foi um deles.

O recurso financeiro não foi liberado para 12 das 18 instituições contempladas, e logo em seguida, em 2016, houve o golpe e a destituição da presidenta Dilma Rousseff. A partir desse momento, temos no Brasil a retomada de duas tristes tradições das políticas culturais brasileiras: as instabilidades e as ausências. O Mais Cultura nas Universidades acabou sendo abortado, sem ter conseguido implementar a maioria dos projetos contemplados e sem ter uma forma consistente de avaliar as suas ações e os possíveis benefícios do programa. Uma descontinuidade que infelizmente não é uma exceção, e sim uma regra no campo das políticas culturais.

¹⁶ Disponível em: <http://pnc.cultura.gov.br/tag/programa-mais-cultura-nas-universidades/>. Acesso em: 07 de junho de 2021.

¹⁷ Disponível em: <https://ufrb.edu.br/portal/noticias/4079-ufrb-e-contemplada-no-programa-mais-cultura-nas-universidades>. Acesso em: 07 de junho de 21.



Nessa perspectiva de descontinuidade, o CachoeiraDoc, que foi produzido regularmente entre os anos de 2010 e 2017, em oito edições¹⁸, teve um momento de pausa nos anos de 2018 e 2019. Essa pausa está intrinsecamente relacionada à ausência de dispositivos de financiamento por parte do estado da Bahia para o setor, que, a despeito da continuidade de um mesmo grupo político no governo, sofreu com uma série de descontinuidades nas políticas culturais adotadas até então. A Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (Secult) descontinuou o lançamento de editais setoriais para a área da cultura nos anos de 2017 e 2018, o que impactou sobremaneira a realização do festival. Apenas no ano de 2019 a Secult Bahia anunciou a retomada de editais setoriais, realidade que foi suspensa no ano de 2020¹⁹ e que ainda não tem previsão de retomada no ano corrente, 2021.

A última edição realizada do CachoeiraDoc, com recursos do edital setorial de 2019, aconteceu num momento de restrições sanitárias impostas pela pandemia da Covid-19. O planejamento do festival, iniciado no começo de 2020, tinha a previsão de realizar as ações presenciais no mês de maio do mesmo ano. Desse modo, antes mesmo das primeiras medidas de isolamento, já tínhamos 715 filmes inscritos de 23 estados brasileiros – maior número de inscrições até então – e 210 pessoas interessadas em participar da curadoria – primeiro ano que uma chamada neste sentido foi realizada. No mês em que ocorreria o evento presencial produzimos o CachoeiraDoc - Festival Impossível, Curadoria Provisória²⁰. A partir dessa experiência, de um festival que nos parecia impossível naquele momento, começamos as tratativas com a Secult para solicitar a liberação da mudança das metas do projeto aprovado do IX CachoeiraDoc presencial para uma edição remota²¹.

¹⁸ Nessas oito edições, cerca de 17 mil pessoas assistiram a mais de 345 documentários, muitos deles inéditos na Bahia e no Brasil, numa programação inteiramente gratuita. Além dos debates com os realizadores que vinham de todas as regiões do país, foram realizadas 20 oficinas e 26 mesas-redondas. Cada edição ocorreu numa média de sete dias.

¹⁹ Em 2020, com a pandemia da Covid-19, a principal fonte de financiamento para a cultura no estado da Bahia foi a Lei Aldir Blanc. Os editais tiveram inscrições de setembro a outubro de 2020 para realização dos projetos, inicialmente, entre janeiro e abril de 2021. Esse fato inviabilizou a inscrição do CachoeiraDoc, pois o festival ocorre no segundo semestre de cada ano, tendo a nona edição sido realizada em dezembro de 2020. Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=325>. Acesso em: 15 de junho 2021.

²⁰ Integraram o evento exibição de filmes online e duas mesas de debates (ao vivo e de modo remoto) com os curadores. Foram mais de 6.300 visualizações dos nove filmes de curta-metragem exibidos durante 15 dias (entre 26 de maio e 07 de junho). Já as mesas com os curadores foram assistidas por mais de 1.200 pessoas. Disponível em: <https://cachoeiradoc.com.br/festivalimpossivel/>. Acesso em: 18 de junho de 2021.

²¹ Tivemos, nos 17 dias de festival, mais de 28.000 acessos únicos no nosso site. Nosso canal do YouTube (<https://www.youtube.com/cachoeiraDoc>) atingiu mais de 1.250 inscritos, sendo que apenas a Celebração de Abertura foi assistida por mais de 4.300 pessoas. O encerramento foi visto por mais de 900 pessoas. Os 42 filmes das Mostras foram vistos mais de 19.000 vezes (dados extraídos da plataforma Vimeo, que hospedou as obras durante o festival), e os 12 debates foram assistidos por mais



No que concerne às políticas públicas federais para o financiamento da cultura, como a Lei de Incentivo à Cultura (popularmente conhecida como Lei Rouanet) ou os editais da Secretaria do Audiovisual (SAV), elas “seguem uma lógica comercial com retorno financeiro e/ou midiático que não condizem com a realidade de um festival de documentário na periferia do país (interior do Nordeste brasileiro)” (PIMENTA e COSTA, 2020: 69). O edital SAV/MINC/FSA nº 11 exigia, por exemplo, retorno financeiro das propostas contempladas²². “Como o evento que busca fomentar o documentário numa cidade do interior cuja metade da população vive com até meio salário mínimo (IBGE, 2017) conseguiria ter ao menos 50% de sua receita com bilheteria ou produtos relacionados?” (PIMENTA e COSTA, 2020: 70). Podemos afirmar que o “retorno” oferecido à sociedade por um festival como o CachoeiraDoc é mais fortemente de ordem simbólica, e dizem respeito à formação dialógica de diversos agentes do campo e à democratização do acesso à educação e à cultura, ainda que o festival contribua para a movimentação econômica do município, através da circulação de turistas e da contratação de serviços locais.

Para além de uma relação sociológica na política cultural – a expressão artística em sentido estrito –, observamos também na trajetória do CachoeiraDoc uma atuação política no sentido antropológico²³. Compreendemos aqui *cultural policies* como “(...) políticas públicas voltadas para a cultura implementadas por um Governo” e *cultural politics* como as “disputas de poder em torno dos valores culturais ou simbólicos que acontecem entre os mais diversos estratos e classes que constituem a sociedade” (BARBALHO, 2009: 2). Dimensões que não são independentes, e a atuação política do festival engloba as disputas institucionais e as relações de poder na produção, distribuição e recepção de bens e significados simbólicos.

Um festival como política pública

O CachoeiraDoc participa de uma história recente de fortalecimento dos festivais de cinema no Brasil, com a notável expansão desses eventos em termos quantitativos, bem como em termos de diversidade (territorial, de formatos e conceitos)

de 3.450 pessoas (dados extraídos do YouTube). Disponível em: <https://cachoeiradoc.com.br/festival/>. Acesso em: 18 de junho de 2021.

²² “Todas as ações/eventos objetos deste edital devem ter, obrigatoriamente, atividades/ações com perspectivas de geração de receitas para composição do lastro contratual e retorno do FSA, tais como: bilheteria, cursos/oficinas/workshops pagos, venda de espaço publicitário, locação de espaços físicos, venda de produtos (camisetas, bonés, livros, dvds, etc)”. Disponível em: http://mapas.cultura.gov.br/files/opportunity/1031/2018_09_18_edital_festivais_retificado.pdf. Acesso em: 15 de junho de 2021.

²³ “Na dimensão antropológica, a cultura se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas” (BOTELHO, 2001: 74).



e de reconhecimento dentro do campo cinematográfico enquanto agentes centrais de sua organização. Desde os anos 2000, conforme nota Adriano Garrett (2020), o país abriga o que pode ser chamado de um “boom dos festivais”, cuja causa mais evidente é o grande crescimento da produção cinematográfica nacional em números, mas também em diversidade (de agentes, geografias, estéticas, engajamentos). Há, no entanto, uma outra história a atravessar também o CachoeiraDoc: uma história de retração e descontinuidade que afeta e assombra muitos desses novos festivais brasileiros. Aparentemente avessas, uma o inverso da outra, a história do crescimento e a história da retração constituem, com efeito, duas faces de uma mesma narrativa política.

Uma política pública é feita de presenças e ausências. Uma vez que o Estado não atua em determinada área, imagina-se que esta seja secundária, não fazendo parte das prioridades das políticas implantadas; a inexistência ou supressão de instrumentos de política pública sendo, portanto, também um programa político. Na Bahia, a partir dos anos 2000, podemos destacar momentos de descontinuidade em todos os festivais mais longevos ou os “calendarizados” do Estado:

Em 2002, foi realizado o primeiro Panorama Internacional Coisa de Cinema, que até o ano de 2019 teve 15 edições: não aconteceu em 2006 e 2008. A primeira Mostra de Cinema Conquista, na cidade de Vitória da Conquista, sudoeste baiano, aconteceu em 2004 e, em 16 anos, contou com 14 edições: não foi realizada em 2005 e 2016. Em 2005, ocorreu o primeiro Seminário Internacional de Cinema da Bahia, que depois passou a se chamar Cine Futuro. O último ano do evento foi em 2015. Em 11 anos, ele não aconteceu em 2013 e em 2014. E em 2010, foi realizado o primeiro CachoeiraDoc: Festival de Documentários de Cachoeira, que em dez anos teve oito edições – à exceção dos anos de 2018 e 2019, retornando em 2020 (PIMENTA e COSTA, 2020: 63-64).

Essas interrupções podem ser atreladas, na maior parte dos casos, a uma instabilidade das próprias políticas culturais de fomento e financiamento do setor. Uma das tristes tradições identificadas no histórico das políticas culturais no Brasil pelo pesquisador Albino Rubim (2007b). Em 2018, momento em que o CachoeiraDoc foi afetado por esta dinâmica de instabilidade e interrupções, tornou-se explícito que o papel social de um festival não é apenas o de beneficiário de políticas públicas, mas é também o de agente ativo na organização política do campo em que atua. Por isso, quando a descontinuidade de editais de fomentos estaduais nos atingiu, nos pareceu inapropriado



buscar garantir a manutenção do festival através de recursos captados junto à sociedade civil, por sistemas de financiamento coletivo, por exemplo. Essa foi uma sugestão frequentemente recebida de nossos parceiros e, efetivamente, foi um instrumento a que se recorreu com frequência para assegurar a viabilidade de muitos projetos nesse período de retração de investimentos na cultura. Para o CachoeiraDoc, no entanto, esse caminho parecia pouco estratégico. Na nota pública que anunciava a interrupção do festival por falta de recursos, havia, então, algumas interrogações. Em seu título, entre parênteses, convocamos a reflexão: *Pausa (é luta?)*. Na sua conclusão, reverberava a pedagogia das lutas portada por muitos dos filmes projetados e conjurados pelo festival em suas oito edições: “Ao cinema negro e indígena, ao cinema das mulheres, ao cinema periférico e militante, para os quais a nossa tela se ergueu nesses oito anos, temos nos voltado para indagar: como resistir, reagir?”²⁴. Num rascunho mais melancólico desta nota, na sua versão não publicada, a reflexão (que fazia mais sentido ser feita internamente do que publicamente) estendia-se para os diversos agentes que garantiram o espírito e a materialidade do festival:

Em 2017, convocamos o fogo. Nas imagens de barricadas e coquetéis molotov das peças gráficas, desejávamos que ódios atávicos e investidas reacionárias fossem incendiados. Em 2018, parece que tomamos a forma dos personagens de Adirley Queirós, em *Era uma vez Brasília: o fogo não queima, a chama não arde, nada se move, a não ser na nossa já tão vilipendiada sensibilidade*.

Talvez uma pausa agora seja a ocasião para perscrutar não apenas os nossos desejos de (re)ação mas também os desejos daqueles com os quais contamos sempre – alunos e professores da UFRB, realizadores, pesquisadores, críticos de cinema e o povo da cidade de Cachoeira. Talvez seja preciso testar o que nos move, submetendo os desejos ao desatino do tempo, que, sim, segue sendo luta, sobretudo quando parece parar, retroceder (*acervo pessoal dos autores*).

As reações à nota (na sua versão publicada) foram diversas e intensas, e mesmo dirigentes públicos – da UFRB e da Secult Bahia – engajaram-se na tentativa de reversão prática da interrupção do festival. Como nenhuma das soluções sugeridas

²⁴ Disponível em: https://m.facebook.com/docachoeiradoc/posts/1857761224298619?locale2=pt_BR. Acesso em: 18 de junho de 2021.



dava-se pela via da retomada dos editais de fomento setoriais, atingindo, de modo coletivo, outros projetos, não houve mudança efetiva nos caminhos desenhados, e o CachoeiraDoc deixou de ser realizado nos anos de 2018 e 2019. A retomada do festival em 2020 deu-se, pois, juntamente com a retomada dos editais setoriais do Fundo de Cultura da Bahia, como anteriormente descrito.

A reflexão sobre o enfrentamento das discontinuidades na recente história dos festivais de cinema no Brasil pode nos encaminhar para um entendimento de que os festivais não apenas existem e se proliferam, em números e diversidade, em virtude de políticas públicas, mas eles podem ser considerados, em si mesmos, como políticas públicas, uma vez que são agentes formativos e organizadores políticos do campo.

Essa reflexão apareceu-nos, nestes termos, pela primeira vez, a partir de uma convocatória feita pelo Convergência Audiovisual DF, num evento intitulado Seminário Independente Convergência, dedicado a repensar o Festival de Brasília do Cinema Brasileiro (FBCB), no momento em que se vivia uma crise de continuidade no festival. Segundo os organizadores, ao longo de seus mais de cinquenta anos, o Festival de Brasília “esteve longe de ser um só”. Garantido como evento permanente do órgão de estado hoje denominado Secretaria de Cultura de Economia Criativa do Distrito Federal, que o produz, o festival pioneiro do Brasil, criado em 1965 por iniciativa de Paulo Emílio Sales Gomes, só foi interrompido entre 1972 e 1974, quando sofreu censura da Ditadura Militar. Nas décadas seguintes, as discontinuidades notadas são antes de ordem político-conceitual, e não de financiamento, uma vez que o corpo de curadores e os princípios norteadores da programação se alternam a cada nova gestão governamental. A história e a tradição do festival considerado como um dos mais importantes no Brasil não parecem ser suficientes para resguardar a sua forma conceitual contra as intervenções dos interesses conflitantes dos sucessivos governos que o produzem, a exemplo do que aconteceu a partir de 2019. E “se não é apenas a tradição que define a sua singularidade, então o que pode ser?”, interrogaram o coletivo Convergência Audiovisual DF. A pergunta, junto com o entendimento de que “ser um festival de cinema público significa muito mais do que oferecer uma janela de exibição para os filmes e vai muito além de um evento no calendário do governo local”²⁵, nortearam a mesa de abertura do seminário, sob o título de FBCB enquanto uma política pública²⁶, composta por Adirley Queirós, Amaranta Cesar e Janaína Oliveira, com mediação de Pedro B. Garcia.

²⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/casadearroz/posts/1370083426518878>. Acesso em: 21 de junho de 2021.

²⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/792074837577453/videos/2809826089248733>. Acesso em: 21 de junho de 2021.



Se a proposição de se pensar um festival de cinema enquanto política pública busca responder às descontinuidades de distintas ordens e implicações que afetam o campo dos festivais, ela parece se aplicar a um amplo espectro de eventos, que vai do Festival de Brasília de Cinema Brasileiro ao CachoeiraDoc-Festival de Documentários de Cachoeira. Nesse sentido, a trilha dos caminhos possíveis para o entendimento de um festival de cinema enquanto política pública começa, muito possivelmente, pelo reconhecimento da heterogeneidade dos festivais. Tal heterogeneidade parece dizer respeito aos modos diversos como cada um desses eventos responde a sua dimensão territorial e exercita, dessa localização, uma capacidade específica de articulação de forças diversas de dentro e de fora do campo cinematográfico. Se o Festival de Brasília pode ser entendido como um “importante *player* na indústria cinematográfica”²⁷, conforme acepção de Dina Iordanova (2015: 7, *tradução nossa*), o CachoeiraDoc define-se, contrariamente, à margem da indústria, como uma estratégia contra-hegemônica, um mediador de relações não-comerciais. É a partir dessa especificidade localizada que a ideia de festival como política pública forja-se aqui, no reconhecimento de duas dimensões fundamentais que nos parecem implicadas no impacto sociopolítico e cultural de um festival de cinema: (1) festival enquanto organizador político do campo; (2) festival enquanto agente de formação.

Os festivais são espaços para articulação política, que, em si mesmos, resultam de uma série de outras articulações entre agentes e setores diversos do cinema, implicados na tessitura de um acontecimento cuja corporeidade é múltipla. Notadamente quando se assume como uma estratégia contra-hegemônica, como um mediador de relações socioculturais não orientadas por princípios comerciais, um festival, como o CachoeiraDoc, engaja-se em mobilizar sujeitos e instituições para além do cinema, colaborando para a reorganização do campo através da provocação de sua expansão e do enfrentamento de seus autocentramentos, impasses, desigualdades e injustiças estruturais.

Um festival como política pública cultural precisa antes de tudo perguntar: o que pode o cinema pelo Brasil? E para responder o que pode o cinema pela sociedade brasileira nos parece necessário auscultar e escutar o que as lutas do povo brasileiro por justiça e bem comum podem pelo cinema. Trata-se, pois, de investir no festival não como um espaço fechado no cinema, e em princípios estéticos canônicos e universalizantes, mas como um terreno aberto para a sementeira de alianças e fabulações políticas que aliem o cinema à sociedade em sua diversidade. Esta orientação pode se espriar pela programação e curadoria, na lida direta com os filmes,

²⁷ No original: “(...) a key player in the film industry”.



considerando-os em suas singularidades formais, mas vislumbrando também criar vizinhanças entre estes e as vidas das pessoas. Uma programação e curadoria que, de modo propositivo, possam produzir “memória, deixando um legado de experiências – e não apenas de obras” (CESAR, 2020: 148).

Há aqui implicada uma dimensão/missão educadora que atravessa os festivais de cinema não-comerciais. O CachoeiraDoc, por ser um festival gestado e sediado em um curso universitário, porta uma tarefa formativa que lhe é intrínseca. Mas todo festival de cinema, ainda que não esteja atrelado a uma comunidade acadêmica, pode assumir-se como formador de uma teia diversa de sujeitos. Trata-se de um sentido ampliado de formação; de uma formação descentrada, necessariamente dialógica. No espaço-tempo de um festival, e nos rastros históricos que este lega, realizadores, produtores, técnicos, críticos, pesquisadores, estudantes, professores e público formam-se mutuamente e produzem conhecimento vivo e vivido, que atrela a atualidade e a história do cinema, e que engaja o cinema na vida social. A formação pode afirmar-se, nesse sentido, como um modo de *intervenção na história* (CESAR, 2020), como uma atuação política.

Considerações finais

Voltando à experiência do CachoeiraDoc - Festival de Documentários de Cachoeira, as trajetórias dos graduados da UFRB que trabalharam na construção do CachoeiraDoc parecem dar a ver, de modo material, a dimensão formativa ampla e transversal de um festival de cinema periférico e contra-hegemônico; um festival que porta “um sentido de formação que reside também na atenção à pedagogia das lutas e seus ensinamentos” (RODRIGUES FILHO, 2020: 12). São consideráveis os projetos de mostras e festivais de cinema empreendidos por estudantes egressos que estão atualmente em atividade no Estado da Bahia – muitos deles em cidades do interior do Estado. Esses eventos participam de um movimento fundamental de disseminação de espaços de exibição e formação em cinema; espaços múltiplos, vocacionados a romper com velhas barreiras de distribuição, a promover os cinemas não-canônicos e a diversidade de seus agentes, bem como a contribuir para formação qualificada e localizada de público.

São exemplos a mostra MAR – Mulheres, Ativismo e Realização²⁸, idealizada e coordenada por Camila Camila²⁹ e Letícia Ribeiro³⁰, em sua segunda edição (suspensa pela pandemia), que acontece em Cachoeira; a Mostra de Cinema Contemporâneo do

²⁸ Disponível em: <https://www.marderealizadoras.com.br/>. Acesso em: 21 de junho de 2021.

²⁹ Camila foi júri-jovem no V CachoeiraDoc e teve filme selecionado para a Mostra Competitiva do VI CachoeiraDoc.

³⁰ Ribeiro teve filme selecionado para a Mostra Kékó: Cinema e vida em curso do V CachoeiraDoc.



Nordeste³¹, localizada em Feira de Santana, e cuja quarta edição ocorreu em abril de 2021, sob coordenação geral e artística de Jessé Patrício³²; e o Festival Fluxo Fixo³³, cuja primeira edição ocorreu *online* também em abril de 2021, sob coordenação de Thamires Vieira³⁴ e Fábio Rodrigues Filho³⁵, todos eles com subvenção de verbas públicas outorgadas via edital público. E é de Rodrigues Filho uma reflexão que dá conta da amplitude do movimento de formação cinematográfica consolidada em Cachoeira, com a participação do CachoeiraDoc, que ultrapassa a multiplicação de uma experiência em produção cultural e ação para difusão e fomento dos cinemas da/na Bahia e que dá a ver a os impactos político-sociais que podem ser provocados por um festival de cinema. Após descrever o conceito do Festival Fluxo Fixo, que cria “uma cartografia interligando três linhas curatoriais tentando oferecer exemplos para a questão base desta edição: como continuar?”, Rodrigues Filho afirma:

[o festival] certamente dialoga com um repertório e uma linguagem que um festival como o CachoeiraDoc possibilitou, construiu e prossegue. Digo linguagem porque me recordo de um texto de bell hooks quando ela declara seu amor e admiração por Paulo Freire. Uma das justificativas que ela dá é isso: encontrar e ler Paulo Freire possibilitou um encontro com uma linguagem para lutar e transformar a realidade, uma linguagem que a permitiu continuar³⁶.

Para que o CachoeiraDoc pudesse articular uma linguagem, e encontrar vozes através das quais existir e se reinventar, um amplo e obstinado movimento político da sociedade civil brasileira, que engendrou políticas públicas em educação e cultura, precisou se constituir. Hoje, o festival parece depender também, para garantir sua continuidade, da reverberação de uma fabulação política semeada em seu próprio terreno.

Referências

³¹ Disponível em: <https://mostraccn.art.br/site/>. Acesso em: 21 de junho 2021.

³² Jessé foi monitor no I e IV CachoeiraDoc, integrou a curadoria da Mostra Competitiva Nacional no III CachoeiraDoc

³³ Disponível em: <https://fluxofixo.com/>. Acesso em: 21 de junho de 2021.

³⁴ Thamires foi monitora da cobertura videográfica no III CachoeiraDoc, assistente de produção no IV e V CachoeiraDoc, e fez a produção local e a mobilização no VI CachoeiraDoc.

³⁵ Fabio fez a mobilização e integrou a curadoria da Mostra Contemporânea no VII CachoeiraDoc, foi júri jovem e participou do projeto Cinema em Vizinhança no VIII CachoeiraDoc, e integrou a curadoria no IX CachoeiraDoc.

³⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/anarosa.marques.3/posts/10208686838203790>. Acesso em: 21 de junho de 2021.



BARBALHO, Alexandre. "O papel da política e da cultura nas cidades contemporâneas". In: Políticas Culturais em Revista, v. 2, n. 2, 2009, p. 1-3.

BOTELHO, Isaura. "Dimensões da cultura e políticas públicas". In: São Paulo em Perspectiva, v. 15, n. 2, 2001, p. 73-83.

CANCLINI, Néstor García. "Políticas culturais e crise de desenvolvimento: um balanço latino-americano". In: ROCHA, Renata; BRIZUELA, Juan Ignacio (org.). *Política cultural: conceito, trajetória e reflexões - Néstor García Canclini*. Salvador: Edufba, 2019, p. 45-86.

CESAR, Amaranta. "Conviver com o cinema: curadoria e programação como intervenção na história". In: CESAR, Amaranta; MARQUES, Ana Rosa; PIMENTA, Fernanda; COSTA, Leonardo (org.). *Desaguar em cinema: documentário, memória e ação com o CachoeiraDoc*. Salvador: Edufba, 2020, p. 137-155.

COSTA, Patrícia Maneschy Duarte da; SANTOS, Sonia Regina Mendes dos; GRISPUN, Miriam Paura Sabrosa Zippin. "Extensão Universitária e o Campo da Política Cultural". In: Meta: Avaliação. Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, set./dez. 2009, p. 352-368.

DE VALCK, Marikje. "What is a film festival? How to study festivals and why you should". In: DE VALCK, Marikje; KREDELL, Brendan e LOIST, Skadi (org.). *Film Festival: history, theory, method, practice*. Londres e Nova York: Routledge, 2016.

GARRETT, Adriano Ramalho. "A falta que me faz: as particularidades do CachoeiraDoc dentro da nova configuração de festivais brasileiros". In: CESAR, Amaranta; MARQUES, Ana Rosa; PIMENTA, Fernanda; COSTA, Leonardo (org.). *Desaguar em cinema: documentário, memória e ação com o CachoeiraDoc*. Salvador: Edufba, 2020, p. 43-58.

IORDANOVA, Dina. "The film festival and film culture's transnational essence". In: DE VALCK, Marikje; KREDELL, Brendan e LOIST, Skadi (org.). *Film Festival: history, theory, method, practice*. Londres e Nova York: Routledge, 2016.

IORDANOVA, Dina. "The Film Festival as an Industry Node". In: Media Industries, v. 1, n. 3, 2015, p. 7-11.

LEÃO, Tânia; VALLEJO, Aida. "Introdução: Festivais de cinema e os seus contextos socioculturais". In: Aniki: Revista Portuguesa da Imagem em Movimento, v. 8, 2021, p. 219-244.

MARQUES, Ana Rosa. "Memórias de uma árvore empassarinhada: formação e extensão no CachoeiraDoc". In: CESAR, Amaranta; MARQUES, Ana Rosa; PIMENTA, Fernanda; COSTA, Leonardo (org.). *Desaguar em cinema: documentário, memória e ação com o CachoeiraDoc*. Salvador: Edufba, 2020, p. 23-41.

MARQUES, Tainana Andrade. *Análise do Programa Mais Cultura nas Universidades: política e gestão cultural em instituições de ensino superior da Bahia*. 2018. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares) – Programa de Pós-Graduação Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade, Universidade Federal da Bahia. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador.

MELO, Izabel de Fátima Cruz. "Percurso e convergências: caminhos de aproximação entre a jornada de cinema da Bahia e o CachoeiraDoc". In: CESAR, Amaranta; MARQUES, Ana Rosa; PIMENTA, Fernanda; COSTA, Leonardo (org.). *Desaguar em*



cinema: documentário, memória e ação com o CachoeiraDoc. Salvador: Edufba, 2020, p. 83-95.

MUYLAERT, Juliana. "A Contribuição do Festival É Tudo Verdade ao Cânone do Documentário Brasileiro". In: Aniki: Revista Portuguesa da Imagem em Movimento, v. 8, 2021, p. 219-244.

PIMENTA, Fernanda; COSTA, Leonardo. "Política cultural, financiamento e gestão de um festival de cinema". In: CESAR, Amaranta; MARQUES, Ana Rosa; PIMENTA, Fernanda; COSTA, Leonardo (org.). *Desaguar em cinema: documentário, memória e ação com o CachoeiraDoc*. Salvador: Edufba, 2020, p. 59-81.

PINHO, Osmundo. "Integração e subversão – produção de conhecimento e transformação social". In: Revista do PPGCS – UFRB – Novos Olhares Sociais, v. 2, n. 1, 2019, p. 119-134.

RODRIGUES FILHO, Fábio. "A festa de um abraço, a travessia de um encontro". In: CESAR, Amaranta; MARQUES, Ana Rosa; PIMENTA, Fernanda; COSTA, Leonardo (org.). *Desaguar em cinema: documentário, memória e ação com o CachoeiraDoc*. Salvador: Edufba, 2020, p. 7-20.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. "Políticas culturais: entre o possível e o impossível". In: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (org.). *Teorias & políticas da cultura: visões multidisciplinares*. Salvador: Edufba, 2007a.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições. Revista Galáxia, São Paulo, n. 13, jun. 2007b, p. 101-113.

SALGADO, Gabriel Melo; PEDRA, Layno Sampaio; e CALDAS, Rebeca dos Santos. "As políticas de financiamento à cultura: a urgência de uma reforma". In: RUBIM, Albino (org.). *Políticas Culturais no Governo Lula*. Salvador: Edufba, 2010.

UFRB. Curso de cinema e audiovisual com ênfase em documentário. Cruz das Almas: UFRB, [200-]. Projeto pedagógico. Disponível em: <https://bit.ly/3331fGv>. Acesso em: 11 de junho de 2021.

VIEIRA, Mariella Pitombo; GUSMÃO, Milene. "O mercado audiovisual brasileiro, o circuito alternativo de exibição, as mostras e festivais de cinema na Bahia contemporânea". Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, v. 53, n. 1, 2017, p. 36-45.

Submetido em 22 de junho de 2021 / Aceito em 25 de outubro de 2021.